

# Começa a votação

A Comissão de Sistematização tem prazo de hoje à noite até o dia 8 de outubro para votar o substitutivo e mais 8.374 pedidos de destaque

"Cansativo, demorado e confuso." Essa é a previsão do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, para o processo de votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que começa hoje, às 20 horas, no plenário do Senado Federal. O primeiro ponto a ser votado pela Comissão de Sistematização será o preâmbulo da nova Carta Constitucional, seguindo-se a votação pela ordem de títulos e capítulos.

Além do substitutivo em si, deverá ser examinado também um número considerado excessivo de pedidos de destaque — 8.374 —, para votação em separado de emendas ou trechos do substitutivo. E se a Comissão de Sistematização não conseguir votar tudo isso no prazo de 15 dias, que vai de hoje até dia 8 de outubro, o texto irá direto para apreciação do plenário da Assembléia Nacional Constituinte, para decisão definitiva, na forma em que estiver no final daquele prazo.

Aliás, sobre a questão, há opiniões divergentes. O líder Carlos Sant'Anna, por exemplo, acha necessária uma seleção dos pedidos de destaque, dando-lhes uma ordem preferencial, "para agilizar os trabalhos" de forma que a votação se dê em dez ou 15 dias.

Já o deputado José Genoíno (PT-SP) vê nos pedidos de destaque uma forma de obstrução dos trabalhos, e prevê, por isso, um período de votação de dois ou três meses. Além disso, mesmo que se consiga reduzir o número de pedidos para cerca de cinco mil, "todos terão de ser apreciados", mesmo porque os partidos de esquerda, segundo ele, lutarão para isso. No entanto, ressaltou, "se quiserem apressar a votação, vão ter que nos atender em alguns pontos".

Ainda sobre o excessivo número de pedidos de destaque, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, advertiu que chegou a hora do bom senso, porque será impossível votar todos os



Para Fernando Henrique, só será possível votar 200 destaques. E Sant'Anna prevê confusão.

8.374. Disse que vem mantendo contatos interpartidários sobre a questão e concluiu ser possível votar apenas cerca de 200 destaques. "Se fomos por esse caminho, de votar destaque por destaque, vamos acabar por frustrar o povo", alertou.

O primeiro destaque, devido à ordem cronológica, será do deputado José Genoíno, que pretende retirar do texto do substitutivo a expressão "sob a proteção de Deus". Como os primeiros dias de votação abrangerão os primeiros capítulos, prevê-se, caso não haja obstrução, que o capítulo referente ao sistema de governo, um dos temas mais polêmicos, somente chegará ao plenário dentro de duas semanas. A não ser que, através de um acordo de lideranças, a votação do sistema de governo seja antecipada.

Aconteça o que acontecer, no entanto, de forma alguma o prazo de votação será ampliado, avisou o relator Bernardo Cabral ao advertir para a exiguidade do tempo de votação do substitutivo e dos destaques. "Se não houver interesse em votar o quanto antes o substitutivo e os destaques, se não houver um entendimento e prevalecer o confronto dentro do plenário da Sistematização, os interesses nos destaques é que serão prejudicados, porque a matéria irá, então, direto

para o plenário da Assembléia Nacional Constituinte", reiterou Cabral.

Amanhã, a votação será realizada em duas sessões de quatro horas cada uma, às 15 e 19 horas; no sábado, haverá sessão única, às 15 horas; no domingo, novamente sessão única, às 10 horas; e, entre os dias 28 de setembro e 8 de outubro, o regimento prevê duas sessões diárias, das 9 às 13 horas e das 16 às 20 horas.

## Mais confrontos

Não bastassem a confusão e os confrontos em torno dos pontos polêmicos do substitutivo, outra questão vem provocando discussões e protestos apaixonados entre os constituintes: a ira das demais regiões contra Centro-Sul do País. Ontem, por exemplo, foi fixado um cartaz em vários pontos do Congresso e nas entradas dos edifícios residenciais dos parlamentares, com os dizeres: "O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste são 292 constituintes com uma só vontade" — o que provocou protestos em plenário.

"Uma afronta a todos os constituintes preocupados em fazer uma Constituição para todo o Brasil e não apenas para esta ou aquela região", reagiu o deputado Ricardo Izar (PFL-SP). "Isso quer dizer — acrescentou — que o número é suficiente para fazer uma Constituição, mas não uma Constituição para o Brasil. Alguns, mais radicais, querem dividir o Brasil. Nós, do Sul, não podemos aceitar essa discriminação".

Izar repeliu a acusação de que os Estados do Centro-Sul, especialmente São Paulo, são os responsáveis pela pobreza do Nordeste, lembrando que a Capital paulista recebe 500 mil migrantes por ano e que aqui está a maior pobreza do País. Em apoio a Izar, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) foi ao microfone para dizer que o cartaz "é uma ameaça à boa convivência que sempre houve entre os parlamentares".

# ABSURDO

Funcionário público (mesmo sem concurso) pode ganhar estabilidade

O substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, contém nas "Disposições Transitórias" três artigos — os de n.ºs 59, 60 e 61 — relativos ao funcionalismo público considerados "absurdos" pelo secretário especial de Coordenação de Programas de São Paulo, Alberto Goldman. O artigo 61 concede estabilidade a todos os funcionários da administração direta e indireta, inclusive fundações, desde que tenham mais de cinco anos de não-concursos — admitidos a caráter precário ou contratados pela CLT.

Diz o artigo 61: "São estáveis os atuais servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que, à data da promulgação desta Constituição, contem, pelo menos, cinco anos de serviço na administração direta ou indireta, inclusive em fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público".

O artigo anterior, se aprovado, invalidará a parte da emenda à Constituição estadual aprovada pela Assembléia Legislativa na semana passada, proibindo a incorporação de gratificações de gabinete aos vencimentos dos funcionários. O objetivo do governo paulista foi o de revogar disposição anterior que tornava automática a incorporação, desde que a gratificação fosse percebida por cinco anos consecutivos. O texto do artigo 60 consagra essa anomalia:

"Ficam convalidados, para todos os efeitos, os atos de provimento de aposentadoria, em cargos públicos efetivos da administração direta ou autárquica, federal, estadual e municipal, baixados de acordo com lei ante-

rior à data da promulgação desta Constituição, cujos titulares os exerçam ou tenham exercido por mais de cinco anos".

Por sua vez, o artigo 59 efetiva em seus cargos e concede estabilidade aos funcionários com mais de cinco anos de serviços, desde que sua investidura "tenha decorrido de lei federal, estadual ou municipal, na forma prevista na parte final do § 1.º do artigo 97 da emenda constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969".

— A aprovação de tais artigos — comentou Goldman —, além de acarretar prejuízos financeiros e administrativos ao Estado, contribuirá para reforçar a descrença popular nas instituições democráticas.

Embora considere aberrantes aqueles três dispositivos, Goldman observou que o substitutivo definiu tetos salariais para o funcionalismo. Para o Judiciário, o limite será os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, para o Executivo, os dos ministros de Estado, e para o Legislativo, os dos deputados federais.

Além disso, o contrário do recente decreto presidencial que excluiu do teto máximo as vantagens, o artigo 33 das "Disposições Transitórias" as inclui no cálculo dos vencimentos:

"Os vencimentos, remunerações, quaisquer vantagens e adicionais, que estejam sendo percebidos em desacordo com esta Constituição serão, na data de sua promulgação, imediatamente reduzidos aos limites nela determinados, não se admitindo invocação de direito adquirido ou percepção do excesso a qualquer título".



## Agora, é tarde.

Mesmo os presidencialistas acham que, quando Sarney resolveu agir, a guerra estava perdida.

Não foi só Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, que admitiu ontem a inevitável vitória do parlamentarismo na Comissão de Sistematização. Também o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), autor de uma das emendas presidencialistas mais elogiadas pelo Palácio do Planalto, criticou o governo, observando que a ofensiva do presidente Sarney em favor do presidencialismo foi desfechada tardiamente e ainda marcada pela "incompetência". "O presidente está fraco politicamente, não tem como mobilizar uma estrutura de apoio às suas pretensões, ainda mais desagradando o PFL" — arrematou.

Além disso, assinalou que a estratégia não deve funcionar, pelo menos se for na expectativa de socorro por parte dos ministros convocados pelo chefe do governo. Essa opinião de Fiúza é a mesma dos líderes do governo, Carlos Sant'Anna, e do PFL, José Lourenço, para quem os ministros nada poderão fazer, e alguns deles seria melhor que não houvessem sido convocados para ajudar o grupo presidencialista.

Fiúza lembrou que no início da década de 60 um presidente fraco, João Goulart, conseguiu se fortalecer politicamente e acabar com o parlamentarismo através do plebiscito, enquanto Sarney, que

já experimentou índices recordes de popularidade e com dois grandes partidos a dar-lhe sustentação, está cada vez mais fraco, e toma medidas desastradas. Observou que sua opinião é partilhada pela maioria dos membros do grupo presidencialista, embora muitos procurem manter a aparência otimista.

Aliás, esse é o espírito que o presidente Sarney tem procurado injetar em seus colaboradores mais diretos. O ministro chefe do Gabinete Civil, Costa Couto, por exemplo, recebeu ontem parlamentares em seu gabinete e acionou a campanha que chama ministros ao Palácio do Planalto. Lá estiveram pelo menos cinco, garante o nosso comentarista Carlos Chagas, para quem o ministério continua trabalhando para convencer o maior número possível de constituintes dos riscos que inevitavelmente se abrirá para as instituições e para o regime, caso adotado o sistema parlamentar de governo.

Negociar e continuar conversando com os parlamentaristas, para os defensores do presidencialismo, não significa recuo nem reconhecimento do malogro de sua tese. O que o presidente Sarney tem praticado e recomendado é o diálogo. Pretende chegar a uma solução capaz de evitar o racha nas forças políticas. O que menos interessa — lembra Chagas —

a Sarney é saber se os parlamentaristas desejam a implantação imediata ou gradativa do novo sistema.

Já Ulysses Guimarães não quis comentar as possíveis reações de Sarney contra a mudança do sistema de governo, salientando que ele está acompanhando "a evolução dos acontecimentos e já declarou que não é infenso ao diálogo". O presidente da Constituinte informou que deverá conversar pessoalmente com o presidente da República sobre o assunto.

## Majoritário

Ulysses, que até agora defendeu abertamente a manutenção do presidencialismo, afirmou que a sua posição de presidente nacional do PMDB foi sempre a de "intérprete da vontade majoritária do meu partido". Segundo ele, se o PMDB optar majoritariamente pelo parlamentarismo, essa vontade será por ele acatada. "Mesmo porque" — explicou — "existem várias formas de parlamentarismo". Não quis antecipar, contudo, como seria a implantação desse sistema de governo no País, se de forma gradual ou a partir da promulgação da nova Constituição.

Outros peemedebistas, os deputados Cid Carvalho (MA), Israel Pinheiro (MG) e Genelbaldo Correia (BA); entretanto, estão coletando assinaturas junto a parla-

mentaristas da Comissão de Sistematização para que todos se obriguem a transformar em realidade a tese da implantação gradual do regime de gabinete.

O documento, segundo Cid Carvalho, é para conferir maior seriedade às conversas sobre o assunto e assegurar previamente a responsabilidade dos gradualistas. O objetivo é alcançar 30 assinaturas, quando então seria entregue ao líder do governo, Carlos Sant'Anna, pelo presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos.

Para os deputados peemedebistas, os presidencialistas da Sistematização poderão entrar em entendimento com os parlamentaristas, caso as 30 assinaturas sejam alcançadas, já que o presidente não terá usurpada parte de seus poderes.

Na defesa do parlamentarismo gradual, eles insistem na necessidade de três anos, para que o regime não morra no próprio nascimento. Além disso, observam que Sarney poderá cumprir seu desejo, governando por cinco anos, findos os quais seria encontrado um sucessor até as eleições de 90, que bem poderia ser o multipresidente Ulysses Guimarães.

O parlamentarismo deverá prevalecer na Comissão de Sistematização, segundo avaliação do secretário-geral do

PFL, Saulo Queiroz. Suas contas: dos 93 membros, entre 54 e 56 votarão pelo parlamentarismo gradual e de seis anos de mandato para Sarney. Ele calcula que votarão dessa forma os 24 peemedebistas, os seis pedesistas, os três petistas e os representantes do PDC, e do PL.

Após reunião realizada terça-feira à noite no apartamento do líder do PMDB, na Câmara, Luiz Henrique, os gradualistas concordaram em manter a unidade das várias correntes parlamentaristas na Comissão pela exclusão, do debate, das questões transitórias. Ficou acertado que votarão em bloco a favor do parlamentarismo como dispositivo permanente, deixando o modo e a data da sua implantação, bem como a duração do mandato do presidente Sarney para serem decididos através do voto. Saulo Queiroz disse ainda ser visível a crescente dificuldade do Planalto para articular em favor da manutenção do presidencialismo.

Para o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), líder do centro democrático, não haverá acordo para a votação do sistema de governo e o assunto acabará sendo definido pelo plenário final da Constituinte, onde acredita que o grupo parlamentarista é realmente mais numeroso.

## Quem aprova?

Inconformada com a perda do poder de vigilância, a Polícia Militar de São Paulo foi pedir até ajuda da Fiesp. E, na área de direito autoral, o que mudou, mudou para pior.

## DIREITO AUTORAL

Uma árdua luta e uma mudança, para pior.

Está lá, no Artigo 5º, parágrafo 29, do último substitutivo ao projeto de Constituição elaborado pelo redator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral: "É livre a expressão da atividade intelectual, artística e científica, sem censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. É assegurada a proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades esportivas, será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que produzirem ou de que participarem".

Esse texto não corresponde exatamente ao que pleiteamos — conta Hildebrando Pontes Neto, vice-presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral, que

fiscaliza a arrecadação desses direitos. — Nós, desde a instalação dos trabalhos da Constituinte, batalhamos pela manutenção do texto que existe na atual Constituição e que, a nosso ver, é muito mais abrangente. Se este atual não é o melhor texto, pelo menos serve para restabelecer a integridade do direito do autor que é uma conquista histórica. Vem desde 1824, quando pela primeira vez se fez referência à propriedade intelectual.

Hildebrando acha que o texto de Cabral privilegia de certa forma a obra coletiva e que isso seria matéria de lei ordinária, não de texto constitucional. Segundo ele, a obra coletiva — feita por várias pessoas — geralmente é explorada por empresas.

Com a inclusão do termo "participações individuais", pelo menos o texto inova e assegura o direito individual dentro do coletivo — continua Hildebrando. — Isso não é ruim. Mas do ponto de vista técnico também não é a melhor solução. Seria melhor que essa referência à obra coletiva simplesmente não constasse.

Para se chegar à redação desse parágrafo do segundo substitutivo que versa sobre o direito autoral foi necessário travar uma verdadeira batalha, encetada pelo CNDA com o apoio das entidades ligadas ao assunto. A primeira idéia era simplesmente copiar o artigo 153, parágrafo 25, da atual Constituição Federal (aos autores pertence o direito exclusivo de utilizar as suas

obras). A subcomissão propôs um primeiro texto que o CNDA achou "muito aquém do atual", um retrocesso nas garantias conquistadas. Por exemplo, colocava-se o termo "intelectual" suprimindo a expressão "atividade literária", e eliminando o verbo "utilizar", que, segundo Hildebrando, encerra um conceito econômico de vital importância para os criadores.

Então, o CNDA propôs uma nova emenda, apoiada pelo deputado Antonio Mariz (PMDB-PA), que pleiteava a inclusão do termo "atividade literária" e do verbo "utilizar". Quando os trabalhos passaram para a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, foi incluída a expressão atividade "tecnológica" e fez-se referência à utilização "comercial" das obras retomando a proteção aos autores de obras coletivas. O CNDA volta à carga e Mariz entra com nova emenda, onde a atividade literária passa a constar ao lado das artísticas, científicas e tecnológicas. É elaborado um novo texto falando do direito de reprodução comercial "ou não" da atividade "técnica" (saiu de novo a "literária") e incluindo um outro item: "Os abusos que se cometerem pela imprensa e demais meios de comunicação serão punidos".

Finalmente, Bernardo Cabral apresentou seu primeiro substitutivo, com um dado que indignou o CNDA: "Caberá exclusivamente ao Estado a arrecadação das importâncias referentes a direitos autorais e de

interpretação".

— Isso caiu como uma bomba aqui —, lembra Hildebrando, porque promoveria a estatização do direito de autor, "um absurdo".

O próprio ministro da Cultura, Celso Furtado, batalhou pela eliminação dessa distorção recorrendo outra vez a Antonio Mariz. O resultado é o que foi estampado nos jornais de domingo. Vera Magyar

## SEGURANÇA

A PM foi pedir proteção a Amato

O presidente da Fiesp, Mário Amato, recebeu a visita de um oficial superior da Polícia Militar, ontem pela manhã. O resultado do encontro, transmitido ao Comando Geral da corporação, foi otimista: Amato ouviu com interesse uma explicação sobre as atribuições da PM e as alterações que se pretende fazer, retirando-lhe toda a participação no policiamento preventivo. O presidente da Fiesp vai ajudar politicamente a PM, sendo bastante provável que os deputados ligados às lideranças empresariais sejam estimulados a fazer a defesa da PM na Constituinte. A estratégia da PM será exata-

mente esta: mobilizar defensores civis ou, como se diz na corporação, "civis que vistam a farda da PM". Para isso, o comandante-geral, coronel Wilson Correia Leite, passou o dia ontem em Brasília. A corporação manteve um acompanhamento da elaboração do segundo substitutivo, porque já havia ficado muito preocupada com a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, cujo anteprojeto admitia, em seu artigo 417, a possibilidade de se extinguir a Polícia Militar. Os oficiais que acompanharam a elaboração do segundo substitutivo sentiram-se "traídos", pois nas discussões não se havia cogitado da transferência da polícia preventiva para a Polícia Civil, como consta agora do anteprojeto.

O secretário da Segurança, Luís Antonio Fleury Filho, também esteve ontem em Brasília, mas sem se envolver pessoalmente nos interesses institucionais das duas Polícias — o que lhe causaria embaraços políticos, pelo fato de ser membro do Ministério Público. Em nome do governo, porém, Fleury está empenhado em mudar um dispositivo, no capítulo da segurança pública do anteprojeto, pelo qual "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades". É assim, porque essa lei seria federal, entenda Fleury e o governo de São Paulo, que ficaria ferida a autonomia estadual.

Perclival de Souza